

Entrevista:**As políticas de Educação Superior atuais e a avaliação do cumprimento das Metas do PNE (2014/2024)****Current Higher Education Policies and the Evaluation of the Fulfillment of PNE Goals (2014/2024)**João Ferreira Oliveira¹Maria Célia Borges²Adriana dos Santos Prado Sadoyama³Marcos Antonio Lima Pereira⁴

12

Resumo: O objetivo da presente entrevista realizada com o Prof. Dr. João Ferreira Oliveira foi ampliar a discussão sobre as políticas de Educação Superior (ES) proposta pelo Dossiê “As políticas de Educação Superior na contemporaneidade: avanços, retrocessos e desafios”, estruturado pelos organizadores Maria Célia Borges, Adriana dos Santos Prado Sadoyama e Marcos Antonio Lima Pereira, e publicado na Revista Multidisciplinar Humanidades & Tecnologias (FINOM). O Prof. João Oliveira é uma autoridade no assunto devido às suas palestras, pesquisas e publicações sobre a temática e prontamente atendeu o nosso convite, com muita gentileza e esmero. A entrevista, faustosa no seu conjunto de conceitos e ideias, enriquece o conteúdo do presente dossiê. As questões, revisadas pela professora responsável, foram elaboradas pelos estudantes dos Cursos de Mestrado e Doutorado da Disciplina Políticas e Gestão da Educação Superior, do Programa de Pós-graduação em Educação, Linha de Pesquisa Estado, Políticas e Gestão em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. O conteúdo final, resultado da entrevista, contextualiza as políticas de Educação Superior no atual Governo Lula, analisa o cumprimento das metas do PNE (2014/2014) concernentes à Educação Superior e faz um prognóstico sobre os desafios e possibilidades das políticas da ES, ou seja, o que se espera dela num futuro próximo.

¹ Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4135-6340>. E-mail: joao_ferreira_oliveira@ufg.br

² Professora Titular da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5445-023X>. E-mail: mariacelia@ufu.br.

³ Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Catalão, Goiás, Brasil; doutoranda em Educação na Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1626-6973>. E-mail: drisadoyama@gmail.com

⁴ Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Inspetor Escolar na SME de Uberlândia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1246-6743>. E-mail: marantlima@gmail.com

Recebido em 05/01/2025**Aprovado em: 12/02/2025****Sistema de Avaliação: *Double Blind Review***

Abstract: The objective of this interview with Prof. Dr. João Ferreira Oliveira was to expand the discussion on Higher Education (HE) policies proposed by the Dossier "*Higher Education Policies in Contemporary Times: Advances, Setbacks, and Challenges*", organized by Maria Célia Borges, Adriana dos Santos Prado Sadoyama, and Marcos Antonio Lima Pereira, and published in the Multidisciplinary Journal Humanities & Technologies (FINOM). Prof. João Oliveira is an authority on the subject due to his lectures, research, and publications on the topic, and he promptly and graciously accepted our invitation. The interview, rich in its set of concepts and ideas, enhances the content of this dossier. The questions, reviewed by the supervising professor, were formulated by Master's and Doctoral students from the course *Policies and Management of Higher Education*, within the Graduate Program in Education, Research Line: State, Policies, and Management in Education, at the Federal University of Uberlândia (UFU). The final content resulting from the interview contextualizes Higher Education policies under the current Lula administration, analyzes the fulfillment of PNE (2014–2024) goals related to Higher Education, and provides a prognosis on the challenges and possibilities of HE policies, outlining expectations for the near future.

João Ferreira Oliveira (UFG)



Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás - UFG (1989). Mestrado em Educação pela UFG (1994). Doutorado em Educação pela USP (2000). Pós-doutorado em Educação pela USP (2010 e 2016), pela Universidade de Lisboa (2024) e pela UFPE (2024). É

Professor Titular da UFG, atuando nos cursos de licenciatura e no Programa de pós-graduação em Educação da UFG. É líder do Grupo de Pesquisa Estado, Política e História da Educação no Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil/CNPq. Foi presidente da ANPAE - Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação (Biênio 2015-2017 e abril/2017-abril/2019). Foi membro do Grupo Assessor Especial da Diretoria de Relações Internacionais - DRI/CAPES (2016-2018). Foi membro do Comitê de Assessoramento da Educação no CNPq - CA/Ed (2013-2016). Integrou a Câmara de Assessoramento da Área de Ciências Humanadas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). Coordenou o DINTER PPGE/UFG-UEG (2015-2016). Integrante da direção do Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa (FORGES), no período de 2021-2024. É Diretor de Pesquisa da Anpae (2023-2025). É vice coordenador da Rede Universitas/Br desde 2016. Suplente do Conselho Fiscal da Anped (biênio 2023-2025). Foi integrante do Conselho Deliberativo da ANPAE na condição de ex-presidente (2019-2023). É membro do Comitê Científico do Sou Ciência desde 2023. Presidente do Comitê de organização dos Simpósios ANPAE: UFPB (2017) e UFPR (2019). Presidente do Comitê de Organização dos Congressos Internacionais da ANPAE (2016 Goiânia/Br) e (2018 Lleida, Espanha). Integrou as comissões organizadoras e os comitês científicos dos simpósios nacionais da Anpae e dos Congressos Íberos-lusos no período 2020 a 2024. Integrou o Comitê Externo do PIBIC/Universidade Federal de Jataí ciclo 2020/2023. Integra o Comitê Externo do PIBIC da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) desde 2020. Foi membro da Comissão de avaliação de cursos novos (APCN) de Pós-Graduação em Educação/Capes de 2022 a 2024. É colaborador da Revista DYLE - Dirección y Liderazgo Educativo do Fórum Europeo de Administradores de la Educación desde 2019. Foi coordenador da Rede de Pesquisa Universitas/Br (2014-2016). Foi coordenador do Projeto Casadinho-CNPq/Procad Capes (UFG/USP) - Expansão da educação superior e produção do conhecimento: financiamento, gestão e avaliação (2013-2016). Foi Coordenador do Projeto de Pesquisa Procad/Capes UFG/UFPE - Políticas Públicas e reconfiguração do campo da educação superior: Programas, Projetos e Ações (1995-2010). Foi Coordenador de Programa de Pós-graduação em Educação da UFG (2006 e 2009). Foi Diretor de Pesquisa da Anpae (2007 a 2009). Foi Coordenador do GT Políticas de Educação Superior da Anped entre 2006 e 2009. É membro do Conselho/Corpo Editorial dos seguintes periódicos: Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa (Relepe); Revista Debates em Educação (UFAL); Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)/Anpae; Revista Transmutare (UTFPR); Revista Ver a Educação - RVE (UFPA);

Jornal de Políticas Educacionais (UFPR); Revista Inter-ação (UFG); Revista Educação em Questão (UFRN); Revista Cinética da UNDIL (Universidade de Díli, Timor Leste). Foi vice-presidente da Anped (2010-2013). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Políticas Educacionais e atua principalmente nos seguintes temas: políticas e gestão da educação superior; gestão escolar; e formação e profissionalização docente. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1B - CA ED - Educação.

Entrevista: Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira (UFG)

Como o Senhor avalia as políticas de educação superior no atual governo Lula?

João: É difícil fazer uma avaliação conclusiva do governo Lula III (2023-2026), pois ele completou 2 anos agora no final de 2024. De qualquer forma, a situação era muito grave, pois vivemos um tempo de negacionismo científico, de guerra cultural e de políticas de austeridade fiscal e isso impactou o financiamento da educação superior, sobretudo das universidades e dos institutos federais. Concretamente, na educação superior o governo Lula III anunciou especialmente a expansão de mais 100 Institutos Federais, aumento no financiamento dos hospitais universitários e certa recomposição do orçamento das universidades e institutos federais. Além disso, destaca-se efetivamente o crescimento da oferta de bolsas na pós-graduação, o aumento dos valores das bolsas de pesquisa (da Iniciação Científica ao pós-doutoramento), bem como o aumento dos recursos para fomento à pesquisa em várias áreas de conhecimento etc., o que só foi possível devido à recomposição dos orçamentos da Capes e do CNPq. Há um importante retorno ao diálogo com as entidades do campo da Educação Superior, uma preocupação com a regulação da qualidade dos cursos de graduação a distância (sobretudo de formação de professores) e o investimento em pesquisas ligadas à Inteligência Artificial, etc. Também houve uma negociação para aumento dos salários dos servidores das universidades e institutos federais, após greves específicas. A avaliação, portanto, é que houve melhoria nas políticas de educação superior, considerando a conjuntura política e econômica do país, mas ainda há muito por fazer nos próximos 2 anos (2025 e 2026), o que é difícil considerando que a política de austeridade fiscal continua por meio do Arcabouço Fiscal aprovado em 31 de agosto de 2023.

Como avalia o cumprimento das metas da educação superior no PNE (2014/2024)? O que podemos esperar para o próximo PNE, ou melhor, quais as perspectivas e desafios delineados no Projeto de Lei do novo PNE em relação à Educação Superior para o

próximo decênio? João: As metas 12, 13 e 14 são as que tratam mais diretamente de Educação Superior. O PNE foi prorrogado até 31 de dezembro de 2025, por meio da Lei nº 14.934 de 2024. Isso não muda muito o cumprimento das metas. A meta 12 trata da expansão e qualidade dos cursos de graduação. O propósito era: a) Aumentar a taxa bruta de matrícula para 50% da população; b) aumentar a taxa líquida de matrícula para 33% da população de 18 a 24 anos; e c) garantir que pelo menos 40% das novas matrículas fossem no ensino público. Ocorreu uma expansão considerável no período, por meio de cursos de graduação na modalidade EaD, e o resultado recente mostra que caiu a qualidade, pois houve uma forte flexibilização das normas que garantiam maior padrão de qualidade da oferta dos cursos de graduação. A crise econômica no período fez com que praticamente não houvesse expansão pública, ficando longe de garantir os 40% das novas matrículas no setor público. Isso pode ser comprovado no Painel de Monitoramento do PNE do Inep/MEC. A taxa bruta chegou a 40,5% em 2023; a taxa líquida de escolarização chegou a 25,9%; e a participação pública em novas matrículas foi de 7,4% em 2022. Os indicadores da meta 13, que trata de aumentar a qualidade da Educação Superior e ampliar a proporção de mestres e doutores no corpo docente das instituições de ensino superior, foram alcançados, até porque eram modestos. Já a meta 14, que buscava a expansão e a melhoria da pós-graduação no Brasil mediante aumento do número de títulos de Mestrado e Doutorado concedidos anualmente, chegando a 60 mil títulos de Mestrado e 25 mil de Doutorado, praticamente também foi alcançado, em razão do crescimento da pós-graduação no país desde a implementação do Reuni. Destaca-se, no entanto, queda de 2019 a 2023 devido à pandemia do Coronavírus. O novo PNPG (2024-2028) encontra-se em discussão na Capes e ainda não foi aprovado. Da mesma forma, o governo encaminhou uma proposta de novo PNE ao Congresso, que deverá ser objeto de ampla discussão, sobretudo porque não apresenta um alinhamento com o documento da Conae Extraordinária realizada entre os dias 28 e 30 de janeiro de 2023 em Brasília. Parece-me que a proposta do Novo PNE está mais preocupada com a eficiência do sistema em termos de aumentar taxas de conclusão e redução de vagas ociosas, o que creio não mobilizará a sociedade para pensar o futuro da educação superior nos próximos 10 anos, mas pode gerar tão somente uma política de responsabilização, sobretudo nas mãos de governos de extrema direita. Penso que é difícil saber também o futuro do próximo PNE e da Lei para regulamentar o Sistema Nacional de Educação, considerando a composição dos partidos políticos no Congresso, que são mais de direita e de extrema direita. Certamente exigirá muita mobilização e luta política para garantir avanços vinculados ao direito à educação de qualidade para todos/as.

Quais as estratégias para a universidade pública manter a qualidade e a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão frente aos cortes de recursos do governo?

João: Anísio Teixeira afirmou, em um dos seus livros, que não havia universidade autônoma no Brasil, pois ele as considerava universidades estatais. Isso significa que as universidades federais estão sempre correndo riscos em razão das posições político-ideológicas dos governantes. No Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) o discurso era o de separar as universidades de excelência das universidades de ensino e sem perspectiva de aumentar os investimentos. Nos governos Lula e Dilma as universidades foram inseridas num Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), devendo contribuir para o desenvolvimento econômico e social das diversas regiões do país. Nos governos Temer e Bolsonaro as universidades eram vistas como caras e não necessárias e, além disso, foram atacadas fortemente por produzirem balbúrdia e formação crítica. Portanto, precisamos avançar na discussão da autonomia universitária e num plano de investimento em pesquisa de longo prazo, de formação de cidadãos críticos para uma sociedade democrática e para a resolução dos problemas sociais, bem como para a inclusão social. É fundamental investir na melhoria da qualidade e na formação por meio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Isso requer uma lei ou regulamentação da autonomia universitária que assegure recursos para a manutenção e expansão do sistema público.

O Senhor considera que é viável o investimento privado nas instituições públicas ou é uma abertura preocupante para o futuro das universidades públicas?

João: Desde o regime militar os governos federais financiam a expansão em IES privadas, seja pelo Crédito Estudantil, FIES ou ProUni, o que nos últimos anos tem ocorrido em cursos de graduação a distância. Transfere-se, pois, recursos do fundo público para o setor privado. Os governos mais de direita, como o de FHC e Temer, e de extrema direita, como o de Bolsonaro, desejavam, na verdade, instituir a cobrança de mensalidades nas universidades e institutos federais. Essa é uma ameaça permanente. Na era FHC tentou-se implementar um Plano de Gestão baseado na produtividade das instituições por um prazo de 10 anos e o governo Bolsonaro tentou implementar o projeto Future-se para promover a terceirização da gestão e ingerência privada nas instituições públicas de ensino. Foram nesses períodos que se pressionou mais as universidades federais a buscarem vender serviços e produtos no mercado. Algumas universidades, como a UnB e a UFMG, geram percentuais significativos de recursos próprios, mas nenhuma delas conseguiria sobreviver sem os orçamentos e recursos do fundo público, nem mesmo instituindo cobrança de mensalidades. É inegável que atualmente muitas

universidades e institutos federais buscam realizar parcerias com o setor público ou com o setor privado para ampliar suas pesquisas, formação, consultorias e prestação de serviços etc., o que preocupa em razão da maior subordinação da gestão e do trabalho acadêmico ao capital produtivo. Entendo que é fundamental que o financiamento seja público nas instituições públicas, pois isso define a autonomia, o compromisso social, a natureza e os fins dessas instituições.

Vivemos um contexto de ameaças do neoliberalismo por meio das políticas de formação de professores. Quais estratégias podemos adotar para evitar que estas ideologias nefastas e fascistas cheguem às escolas? Ou ainda, quais estratégias podemos construir dentro do fazer pedagógico na luta por formação crítica?

João: A partir do final dos anos 1980 o neoliberalismo buscou a liberalização dos mercados, as privatizações e os limites aos gastos públicos. Isso teve impacto nas universidades públicas federais, em decorrência das políticas de austeridade fiscal. Nas duas últimas décadas o neoliberalismo se associou ao neoconservadorismo autoritário e isso implicou novos ataques à “autonomia”, à pesquisa e à formação para o exercício de uma cidadania crítica numa sociedade democrática. Uma das ações da extrema direita foi atacar a autonomia de pensamento e de ação dos professores no contexto da guerra cultural. Estabeleceu-se uma política de vigilância e de medo nas escolas e universidades públicas, com base nas teses conservadoras, para que os professores não questionassem as mudanças que estavam sendo implementadas e contribuíssem para a construção de uma sociedade disciplinada e obediente, como se busca nas escolas militarizadas. A Constituição Federal de 1988 garante no artigo 2026: “II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino”. Esses incisos foram fundamentais para que o Supremo Tribunal Federal – STF defendesse os professores e universidades das tentativas, em várias partes do país, de calar e reduzir a autonomia dos professores nas escolas públicas e universidades. Mas essas ameaças continuam devido às ideologias neoconservadoras e fascistas presentes nas políticas e ações da extrema direita. Norberto Bobbio afirma que ninguém nasce cidadão e que ninguém nasce democrático e, portanto, uma das estratégias fundamentais é pensar uma escola para a democracia e para o exercício crítico da cidadania. Parece que temos falhado nisso, como mostraram as ameaças ao estado democrático de direito no Brasil na última década. Na segunda metade dos anos 1980, após o fim da ditadura militar, tínhamos clareza da democracia como valor universal e da necessidade de uma democracia participativa na sociedade e na educação, em particular. Parece

que houve certo esgotamento dessa compreensão, talvez devido à crítica ao serviço público, à luta para construir um estado social e à adoção da lógica gerencial e privada em muitas das políticas e ações públicas, que fez crescer a formação do homem neoliberal, individualista, egocêntrico, centrado no cálculo econômico e na perspectiva de que é um empreendedor de si mesmo numa sociedade em que deve prevalecer a livre ação dos agentes econômicos. A compreensão dos múltiplos determinantes e fundamentos sociais, assim como da construção de uma sociedade mais justa, digna e igualitária, precisam estar presentes nos projetos educativos e no fazer pedagógico dos agentes escolares. A luta por uma formação crítica, cidadã e democrática é fundamental num contexto de avanços da extrema direita, que tende a agravar os problemas sociais, ambientais, assim como a violência, o autoritarismo, a xenofobia, a discriminação social, etc. Enfim, diante do que foi exposto pelo Prof. Dr. João Ferreira Oliveira em sua entrevista, a educação superior no Brasil apresenta embates, dilemas, retrocessos e desafios, sem, contudo, deixar de trazer em seu bojo perspectivas de avanço e superação. Nesse sentido, o presente dossiê se debruça exatamente sobre essas perspectivas e desafios que precisam ser delineados em políticas públicas educacionais que levem em consideração o apelo da sociedade civil organizada, e que procurem atender a parcela mais vulnerável da população. Dentre essas políticas públicas, em particular, chama-nos a atenção o Plano Nacional de Educação – PNE para a próxima década (2024-2034), em discussão no Congresso Nacional.

Referências

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Relatório do 5º ciclo de Monitoramento do Plano Nacional de Educação, 2024**. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quinto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf.

Acesso em: 14 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Fórum Nacional de Educação (FNE). **Plano Nacional de Educação (2024-2034)**: política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável. Disponível em:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/acao-a-informacao/participacao-social/conferencias/conae-2024>. Acesso em: 1 out. 2024.